

Imigração sem lar: conflito religioso na região do vale do rio doce – ES (1930- 1945)

*Homeless Immigration: Religious Conflict in the Region of the
Sweet River Valley - ES (1930-1945)*

Elaine Zamboni¹

Resumo: A chegada dos grupos étnicos no Brasil Império trouxe novos moradores para uma terra que precisava ser ocupada e explorada. Os imigrantes italianos e alemães podem até ter histórias de sofrimento parecidas em suas pátrias: fome, guerra, falta de perspectivas, dentre tantas outras, mas, aqui em terras brasileiras, o repúdio histórico advindo do passado se tornou mais forte na relação entre “estabelecidos e outsiders”, no qual um grupo é católico, religião histórica do Império e ou outro luterano, religião não aceita pelo governo. Após o período imperial, os conflitos não acabaram e a chegada do período conhecido como Era Vargas e a Segunda Guerra Mundial trouxeram mais disparidades entre os dois grupos. O Nacionalismo instituído pelo então Estado Novo e a explosão do Nazismo na Alemanha só fizeram aumentar os obstáculos para esses imigrantes e seus descendentes.

Palavras-chave: Imigração Italiana e Alemã; Religiosidade; Conflitos étnicos e religiosos; Nacionalização; Era Vargas;

Abstract: The arrival of ethnic groups in Brazil Empire brought new residents to a land that needed to be occupied and exploited. Italian and

Artigo recebido em: 27 fev. 2018

Aprovado em: 25 mai. 2018

¹ Graduada em Comunicação Social, habilitação em jornalismo, pela Faesa em Vitória/ES (2005). Pós graduada em Gestão Empresarial pelo Unesc em Colatina/ES (2010) e Mestre em Ciências das Religiões pela Faculdade Unida em Vitória/ES (2015). Atualmente é professora na Faculdade Vale do Cricaré em São Mateus/ES e membro do comitê executivo da Revista Científica FOZ da FVC.

German immigrants may even have similar histories of suffering in their homelands: hunger, war, lack of perspective, among many others, but here in Brazilian lands, historical repudiation from the past has become stronger in the relationship between "established and outsiders, in which a group is Catholic, historical religion of the Empire and or another Lutheran, religion not accepted by the government. After the imperial period, the conflicts did not end and the arrival of the period known as Era Vargas and World War II brought more disparities between the two groups. The Nationalism instituted by the then Estado Novo and the explosion of Nazism in Germany only increased the obstacles for these immigrants and their descendants.

Keywords: Italian and German Immigration; Religiosity; Ethnic and religious conflicts; Nationalization; It was Vargas.

Introdução

Meu estudo é sobre o conflito religioso que aconteceu entre os imigrantes italianos e seus descendentes (que vamos chamar de "estabelecidos") e os imigrantes alemães e seus descendentes (que vamos chamar "outsiders"), quando os dois grupos vivenciam a Era Vargas (1930-1945) e Segunda Guerra Mundial (1939-1945) no interior do Espírito Santo.

Norbert Elias e John Scotson nos dão uma ótima mostra do que é e como se dá a relação entre "estabelecidos e outsiders", onde temos o grupo tido e reconhecido como mais poderoso, que possui tradição e influência, e o grupo outsider, que não faz parte, "não são membros da boa sociedade"² na qual a dominação e a submissão estão visivelmente ligadas ao posicionamento social e comunitário dado a cada grupo.

² ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000, p. 7.

Norbert Elias e John Scotson, são autores do livro *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. No qual realizaram uma pesquisa sobre relacionamento de grupos - estabelecidos e recém-chegados - na comunidade de Winston Parva, nome fictício dado à pequena cidade próxima a Leicester na Inglaterra que serviu como base de estudo. A pesquisa mostra a relação de poder e submissão entre os moradores mais antigos e os mais novos da comunidade em questão. Por mais que morassem no mesmo local, o estudo aponta que os moradores se dividem por blocos e não se misturam, mesmo trabalhando na fábrica local, com salários e casas parecidas, existe uma relação de superioridade e o sentimento de pertença à comunidade.

Os grupos estabelecidos veem seu poder superior como um sinal de valor humano mais elevado, os grupos *outsiders*, quando o diferencial de poder é grande e a submissão inelutável, vivenciam efetivamente sua inferioridade de *poder* como um sinal de inferioridade *humana*³.

Com esse estudo, busco entender as dificuldades de relacionamento social e religioso que possam ter ocorrido entre esses dois grupos, modificando, assim, a vida social naquele período e, com isso, tentar compreender melhor o relacionamento atual entre os grupos sociais, já que, o passado interfere nas atitudes do presente. Como diz Lima, “na verdade, o passado, não é estaque, algo que acabou e ponto final. Muito do que ocorreu a tempos é o que governa nosso dia a dia de hoje”⁴.

Estudar esse relacionamento ‘estabelecido-outsiders’ é indispensável para a compreensão das relações humanas. Elias e Scotson, afirmam que “a superioridade de poder confere em vantagens aos grupos que a possuem. Algumas são materiais ou econômicas”⁵.

Os alemães não “sofreram” com o Governo somente quando chegaram, e o Império permitia cultos apenas reservados, pois o Estado era católico. Além disso, na Era Vargas enfrentaram também as tentativas de “abrasileiramento” da população teuta pelo Governo. Sofreram durante décadas, pois, toda a história deixou marcas na comunidade Luterana e são sobre essas marcas que busco relatar.

Elias e Scotson afirmam em sua pesquisa, realizada na comunidade inglesa de Winston Parva (nome fictício), que “o problema a ser explorado não consistia em saber qual dos lados estava errado e qual tinha razão”⁶, mas, sim, quais motivos que os faziam ter um relacionamento de repúdio. E deixam claro que “os problemas em pequena escala do desenvolvimento de uma comunidade e os problemas em larga escala do desenvolvimento de um país são inseparáveis”⁷.

³ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 28.

⁴ LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998, p. 19.

⁵ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 33.

⁶ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 24.

⁷ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 15.

1. Imigrantes alemães no Espírito Santo sofrem as consequências da nacionalização e da Segunda Guerra Mundial

Diferenças entre povos, culturas e nações, isso sempre existiu. Mas quem define que grupo é superior ao outro? O poder, a raça ou a força? Essas definições são habituais nas relações de grupos e se tornam ainda mais eficazes quando há relação de poder. Para Elias e Scotson, muitas vezes as “diferenças [são] raciais ou, às vezes, religiosas”⁸.

No Brasil, no estado do Espírito Santo, alguns fatores foram a mola propulsora que influenciou nas diferenças existentes entre os dois grupos aqui estudados. A vida isolada nas pequenas comunidades, a dificuldade em assimilar a língua portuguesa, às leis do império / república. Todos esses fatores levaram os imigrantes alemães a se sentirem “estranhos”⁹. Giralda Seyferth, afirma que “por um lado, eles não conseguiam se desvencilhar de sua tradição, de sua língua materna – e nem o queriam; por outro lado, eles não queriam mais ser vistos como “estrangeiros”, “estranhos””¹⁰.

Do pessoal que veio, uma parte era católica, outra luterana. Os católicos chegavam aqui e encontravam uma igreja organizada, mas, os luteranos não. Eles chegaram e tiveram de começar do nada. Eles não tinham um pastor acompanhando, mas, valorizavam a escola e logo construíram uma. Esperaram aproximadamente 10 (dez) anos para que um pastor fosse enviado da Alemanha¹¹.

Outro fator importante foi a facilidade encontrada pelos imigrantes italianos / católicos na chegada ao Brasil. Estes, podiam casar, registrar seus filhos, batizá-los e até mesmo enterrar entes no cemitério público, o que era bem diferente para os imigrantes alemães não-católicos:

A observação de Fausel de que os evangélicos eram “tolerados, sim”, mas “não obstante, eram cidadãos

⁸ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 31.

⁹ SEYFERTH, Giralda. *A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: Mauch, Cláudia / Vasconcellos, Naira [Ed.] *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas, Ed ULBRA, 1994, p. 06.

¹⁰ SEYFERTH, 1994, p. 06.

¹¹ Entrevista realizada com o escritor e pastor luterano, Sr. Valdemar Gaede no dia 05/11/2014.

de segunda classe em todos os sentidos” apoia-se, além disso, no fato de que os matrimônios evangélicos não eram reconhecidos, e, sim, equiparados a concubinatos, os matrimônios mistos eram proibidos e que protestantes eram ameaçados expressamente com multas, se seus locais de culto fossem reconhecíveis como igrejas cristãs por uma torre, sinos ou cruz¹².

Sérgio Marlow acredita que

Se compararmos os imigrantes alemães e italianos que vieram para o Brasil, perceberemos que os imigrantes italianos, digamos assim, se "adaptaram" ou foram mais aceitos que os imigrantes alemães. Isso se nota, especialmente, na questão da religiosidade, enquanto que os italianos, por serem católicos, estavam mais próximos do que esperavam das autoridades brasileiras, os alemães, a maioria deles, protestantes, tiveram dificuldades e foram vistos como um grupo, muitas vezes, isolado. Isso fica ainda mais claro na época do Governo Vargas com a Campanha de nacionalização, quando todos deveriam falar a língua portuguesa. É verdade que também os italianos foram perseguidos (especialmente a partir do momento em que o Brasil entrou em guerra contra o Eixo, composto por Alemanha, Itália e Japão), mas, as maiores perseguições ocorreram, de fato, contra os imigrantes alemães, pelo fato de a maioria não falar o português, atrelado à questão da religiosidade protestante, no caso, luterana¹³.

Com esses fatores, é possível identificar os motivos que levaram esses dois grupos a não vivenciarem uma integração dos mesmos desde os primórdios.

O Império Brasileiro, pelo próprio fato de ter uma religião de estado não tinha condições para integrar perfeitamente bem essa gente estranha, de

¹² PRIEN, Hans Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução de Ilson Kayser – São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis. RJ: Vozes, 2001, p. 40 e 41.

¹³ Entrevista realizada no dia 09/07/2017 com o Prof. PHD em História, Sr. Sérgio Luiz Marlow.

fala “arvezada” e de outra religião, apesar de todas as suas afirmações de tolerância¹⁴.

Elias e Scotson, afirmam ainda que “a superioridade de poder confere em vantagens aos grupos que a possuem”¹⁵, sendo que essas vantagens podem ser “materiais ou econômicas”. Vantagens essas, que levam aos grupos outsiders a se sentirem mais que excluídos:

No novo ambiente brasileiro, os imigrantes alemães estavam desde o início em situação de marginalidade. As povoações teutas surgiram geralmente em regiões pouco povoadas e, por esse motivo, o contato com a população já estabelecida no país era mínimo¹⁶.

Não obstante, o que também dá uma ideia da diferenciação vivida pelos imigrantes alemães em relação aos italianos, eram as leis. Como assegura Wirth, “havia uma grande discrepância entre o texto da lei e a postura das autoridades brasileiras, uma vez que estas tendiam a ser mais tolerantes do que a própria lei o permitia”¹⁷.

Isso faz com que a segregação dos imigrantes alemães vá além das perspectivas dos dois grupos, já que o próprio império, posteriormente República, segregavam estes à marginalização. Elias e Scotson afirmam que:

Quer os grupos a que se faz referência ao falar de “relações raciais” ou “preconceito racial” difiram ou não quanto a sua ascendência “racial” e sua aparência, o aspecto saliente de sua relação é eles estarem ligados de um modo que confere a um recurso de poder muito maiores que os do outro e permite que esse grupo barre o acesso dos membros do outro grupo ao centro dos recursos de poder e ao contrato mais estreito com seus

¹⁴ PAULA, Eurípedes Simões (Org). *Colonização e Migração*. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. XXXI Coleção de Revista de História. São Paulo. 1969, p. 509.

¹⁵ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 33.

¹⁶ DHEHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984. p. 39.

¹⁷ WIRTH, Lauri E. *Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração*. Estudos Teológicos. Ano 38, nº 2. 1998. p. 163.

próprios membros, com isso relegando-se a uma posição de outsiders¹⁸.

Não só no passado é perceptível a relação de soberania e mediocridade presente na história de alguns grupos. Mesmo após anos, ainda é possível identificar rupturas nos relacionamentos. Marlow descreve:

Lembro que quando iniciei as pesquisas sobre o tema, com as quais pretendia entender melhor a posição do Sínodo Evangélico Luterano no Brasil sobre questões relacionadas ao Germanismo e ao Nacional Socialismo Alemão, bem como compreender o que haveria se passado com dois pastores luteranos presos e condenados pelo Estado Brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, fui “aconselhado” por uma pessoa com essas palavras: “*o senhor tenha muito cuidado com este assunto, pois é assunto escabroso, no qual não se convém tocar*”¹⁹.

Mesmo o Brasil não absorvendo os imigrantes aqui aportados e os mantendo isolados, repetidas vezes, os alemães e seus descendentes foram acusados de não se integrarem. Marlow afirma que os imigrantes “se manteriam à margem da nação brasileira pela ausência de miscigenação, pela conservação da língua, dos costumes e do legado cultural”²⁰.

Antes mesmo da instalação da campanha de Nacionalização, o Espírito Santo já passava por essa ‘doutrinação’. “O fato é que já existia em embrião um conjunto de ideias ligadas à segurança nacional, pensadas não apenas como defesa externa, mas principalmente, desenvolvidas no interior da problemática dos inimigos internos”²¹.

¹⁸ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 32.

¹⁹ MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: O Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do Germanismo e do Nacional-Socialismo Alemão durante o Governo de Getúlio Vargas no Brasil*. São Paulo: USP, 2013. p. 17.

²⁰ MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo*. Vitória: Ufes, 2006. p. 27.

²¹ MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas / Bley (1930/1940)*. Vitória: UFES, Dimensões, Vol. 25, 2010, p. 182-183.

Explodindo a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes e seus descendentes sofreram ainda mais. O Pastor Luterano Valdemar Gaede sustenta que este período foi um dos mais difíceis levando pastores a serem substituídos em suas comunidades²².

Os colonos alemães, que como já descritos, viviam isolados, estendiam cada vez mais a atuação da igreja luterana em sua vida cotidiana. Os pastores assumiam “o papel de condutor da vida espiritual das comunidades”²³ e iam além da religião, pois a vida espiritual e social estavam entrelaçadas com a igreja.

Isto faz com que muitas vezes, além da conduta espiritual passasse também a exercer um papel de professor nas escolas de comunidade (Gemeindeschaul) ou até de médico ou de autoridade salomônica em disputas eventualmente surgidas entre os colonos. Desta forma, o papel dos ministros religiosos desde o início passou a ser de suma importância na manutenção da harmonia entre o grande grupo de teutos²⁴.

Para as famílias dos pastores, presenciar as agruras do Estado Novo foi “o período mais dramático”²⁵. Dona Guerda, filha do Pr. Rölke, que atuava em Santa Maria de Jetibá, afirma que não foi um período agradável. “Foi uma época muito difícil para nós. Eu era criança e às vezes ouvia coisas contra os alemães. Foi muita perseguição. A gente passava e algumas pessoas gritavam: ‘Vai alemão safado’”²⁶.

Para Martin Dreher, inicialmente, as medidas do Estado Novo “não atingiram em primeira linha as comunidades, mas seus pastores alemães”²⁷. As famílias dos pastores sofreram com essas medidas. E com os posicionamentos do Nacionalismo Brasileiro, muitos pastores, conforme Dreher foram acusados de inimigos do país.

²² GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: Os primórdios da presença Luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 180 - 181.

²³ SEIBEL, Ivan. *Imigrante no século do isolamento / 1870-1970*. São Leopoldo: EST/PPG, 2010. p. 136.

²⁴ SEIBEL, Ivan. *Imigrante no século do isolamento / 1870-1970*. São Leopoldo: EST/PPG, 2010, p. 137.

²⁵ GAEDE, 2012, p. 176.

²⁶ Entrevista realizada no dia 05/11/2014 com a professora aposentada, Sra. Guerda Elizabeth Rölke Potratz, que é descendente de alemães.

²⁷ DREHER, 1984, p. 212.

Nessa situação, os pastores do Espírito Santo, por exemplo, viram-se forçados a solicitar a proteção da embaixada alemã; alguns pastores também se dirigiram ao Departamento para o Exterior da Igreja Evangélica Alemã, solicitando sua renovação para a Alemanha²⁸.

Sr. Henrique Carlos Frederico Berger²⁹, 83 anos, morador de Santa Maria de Jetibá relata que o período da Era Vargas e da Segunda Guerra “foi uma época muito difícil”. “Aqui, nós não podíamos falar em alemão. Diversos foram presos, alguns pastores também, a gente apanhava se falasse em outra língua”³⁰.

Em busca de uma uniformidade da população brasileira o Estado Novo mantinha um alerta sobre a população germânica. Marlow afirma que “Por meio de intensa vigília às comunidades estrangeiras, tentou-se dissipar os grupos enquistados no território nacional”³¹.

Com a promulgação de decretos-lei o Governo Federal acionou práticas repressivas que afetaram a vida cultural e política de estrangeiros e seus descendentes. O objetivo era romper os laços culturais que os mantinham ligados aos seus países de origem em prol da homogeneização da sociedade brasileira³².

Isso poderia ter dado certo, porém, “até o ano de 1937 o processo de alfabetização estava basicamente a cargo das “*Gemeindeschaul*”, isto é, o ensino administrado pelas próprias igrejas”³³.

É preciso lembrar que os protestantes provocaram, diz Dreher, “a expansão geográfica do protestantismo de imigração [porém, mesmo a partir do Estado Novo, da política de heterogeneização] são e continuam a ser, do ponto de vista político, grupos marginais”³⁴. E sendo assim, a expectativa do governo em relação à conduta social destes imigrantes e de seus descendentes era que: estes “indivíduos executassem ordens, submetidos a

²⁸ DREHER, 1984, p. 214.

²⁹ Entrevista realizada no dia 05/11/2014 com o agricultor, descendente de alemães, Sr. Henrique Berger.

³⁰ Entrevista - Henrique Berger (05/11/2014).

³¹ MARLOW, 2013, p. 123.

³² MARLOW, 2013, p. 123.

³³ SEIBEL, 2010, p. 258.

³⁴ DREHER, 1984, p. 128.

dispositivos de poder que sobre eles recaíram, não apenas no trabalho, mas na vida cotidiana em geral”³⁵.

Todas as regras deveriam ser cumpridas sem questionamento. Mesmo em se tratando do sistema educacional, que até então era cuidado pela comunidade, nada passava sem a averiguação do Estado. “A educação escolar primou pela obediência a ordens emitidas de maneira absoluta, não dando margem para nenhum tipo de discussão das decisões”³⁶.

Quando o Governo passou a confiscar tudo, a maioria dos teuto-brasileiros buscava salvar algo que os lembrasse de sua origem, mas, nada passava ileso pela mão do Governo, tudo era apreendido, queimado ou quebrado:

Conseguimos esconder tudo. Estávamos preparados para a chegada deles. (...) Até atrás de louças e talheres andavam. Minha mãe escondeu tudo na casa de outras pessoas. (Quem fazia este quebra-quebra nos cemitérios) Era um pessoal mesmo legalizado pela justiça de Vitória. Teve lugar em que quebravam tudo³⁷.

Estavam inclusive destruindo os cemitérios. Tem-se notícias de um cemitério aqui de Jequitibá, que hoje está abandonado, pelo que contavam, foi praticamente todo destruído, inclusive os túmulos, as lápides. Não podia haver inscrições em alemão³⁸.

Dona Luiza Lenke Rassch³⁹, de 75 anos, reside na divisa dos municípios de Baixo Guandú – ES e Itueta – MG, lembra bem como foi viver a infância nessa época: “A gente colocava a bíblia dentro do forno e tampávamos com lenha para não ser encontrada. Todo mundo fazia esse tipo de coisa. Todos escondiam seus objetos alemães, mas muitas vezes, erámos pegos e as bíblias, queimadas”⁴⁰.

Em algumas dessas ocasiões, a família de Dona Luíza corria para a mata temendo por suas vidas. “Nós dormíamos no mato. E pela manhã papai olhava se o pessoal tinha ido embora, pra gente

³⁵ MENDONÇA. 2010, p. 189.

³⁶ MENDONÇA, 2010, p. 189.

³⁷ SEIBEL, 2010, p. 270.

³⁸ SEIBEL, 2010, p. 271.

³⁹ Entrevista realizada no dia 28/09/2015 com a produtora rural e descendente de alemães, Sra. Luíza Lenke Raasch.

⁴⁰ Entrevista - Luíza Lenke Raasch (28/09/2015).

poder ir pra casa. Passávamos a noite assim, por medo deles nos matarem”⁴¹.

Para as autoridades brasileiras, era preciso “abrasileirar a todos os grupos de estrangeiros e descendentes no Brasil”⁴², já que, as igrejas mantinham unidos os grupos à pátria natal, mas, essa lógica trouxe grandes prejuízos educacionais para esse povo que valorizava a educação. Poucas eram as escolas públicas e as comunidades não tinham acesso às mesmas. “Com a chegada da guerra, o ensino foi interrompido. As salas de aula simplesmente ficaram desertas”⁴³. Seibel afirma ainda que através disso e de pedagogia duvidosa advinda dos professores ‘brasileiros’, “milhares de crianças deixaram de ter acesso à alfabetização”⁴⁴.

Nas poucas escolas com professores brasileiros, além destes, em função da barreira linguística não conseguiram se comunicar com as crianças, ainda praticavam um sistemático processo de terrorismo com estas crianças que sequer compreendiam as razões de todos estes maus tratos. “Tinha uma professora de origem (luso-brasileira) em Afonso Cláudio que castigava muito os pomerânios. Falava que os alemães vão ser mortos como se mata os frangos”⁴⁵.

O problema se torna ainda mais gigante quando sabe-se que, desde os primórdios da imigração, o sistema de doação de terras do Governo Imperial fazia com que as famílias, em seus pequenos grupos e comunidades isoladas, reproduzissem “no novo ambiente, ao menos, em parte, seus antigos valores culturais, preservando costumes, língua e religião”⁴⁶. Os imigrantes tinham pouco ou quase nenhum contato com os brasileiros e a partir do Estado Novo esse contato não se tornou favorável à integração.

Através de decreto o governo getulista ordenava, além da fala obrigatória em português, o não recebimento de qualquer ajuda que as escolas poderiam receber de instituições ‘suspeitas’ de não pregarem a nacionalização, ou não aceitarem o abrasileiramento da população migrante.

⁴¹ Entrevista - Luíza Lenke Raasch (28/09/2015).

⁴² MARLOW, 2013, p. 124.

⁴³ SEIBEL, 2010, p. 258.

⁴⁴ SEIBEL, 2010, p. 259.

⁴⁵ SEIBEL, 2010, p. 260.

⁴⁶ MENDONÇA, 1989, p. 146.

O referido decreto-lei ainda proibia a qualquer estabelecimento de ensino a receber, direta ou indiretamente, quaisquer contribuições para sua manutenção a título de subvenções, auxílios e donativos, de instituições ou governos estrangeiros, de instituições ou organizações estrangeiras com sede no Brasil ou de associações ou entidades que professassem ideologias contrárias ao regime instituído, quer tivessem sede no país ou fora dele. O decreto-lei começou a ser aplicado imediatamente através de várias resoluções⁴⁷.

O Governo queria utilizar a escola para atingir às populações estrangeiras já que ela, a escola, seria “a instituição onde pareceu ser possível, naquele momento, atingir amplos segmentos da população no sentido de normalizar, homogeneizar, disciplinar, ordenar e higienizar hábitos e comportamentos”⁴⁸.

Os campos das colônias capixabas, de campos de plantio passaram a refletir os campos da Segunda Guerra Mundial. Dadalto, afirma que quando há sentimento de estabelecido é preciso negar o outro⁴⁹. Esse ‘outro’, são os imigrantes alemães.

É bastante claro que os epítetos “antigo” e “novo”, aplicados às formações sociais, apontam para diferenças no tempo de residência ou de conhecimento de seus membros e famílias. Talvez menos evidente é que esses termos apontam para diferenças na estrutura dos grupos e que esse tipo de diferença estrutural desempenha um papel em sua hierarquização⁵⁰.

Com a obrigatoriedade do governo à fala da língua portuguesa, escolas com poucos professores foram fechadas, pois poucos estavam familiarizados com a língua portuguesa. As crianças que tinham condições, passaram a estudar em casa⁵¹. Sr. Norberto Raasch⁵² (esposo de Luíza Lenke Raasch), com 75 anos foi um dos que tiveram condições a ter esse estudo em casa.

⁴⁷ GAEDE, 2012, p. 178.

⁴⁸ MENDONÇA, 2010, p. 187.

⁴⁹ DADALTO, Maria Cristina. *Trajetórias migrantes: ambivalência na interação ‘nós’ e os ‘outros’*. Vitória: Ufes, Dimensões, vol. 26, 2011, p. 35.

⁵⁰ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 52 – 53.

⁵¹ SEIBEL, 2010, p. 144.

⁵² Entrevista realizada no dia 28/09/2015 com o produtor rural e descendente de alemães, Sr. Norberto Raasch.

Eu tive aula particular de alemão, o professor era pago para vir em nossa casa nos dar aula, porque na escola nós estudamos até o quarto ano. Nós tínhamos de aprender as duas línguas. Português, porque era obrigatório e Alemão porque era a língua que falávamos em casa. Por ser proibido falar em alemão fora de casa, meu finado pai e o da Luíza pagavam professores para nos dar aula em casa. Até mesmo o ensino confirmatório, tínhamos de estudar em casa⁵³.

Tudo isto resultou em um crescimento do analfabetismo. O prejuízo na escolarização não foi ainda maior graças à manutenção de um ensino confirmatório realizado às escondidas. Todos estes fatos contribuíram ainda mais para a preservação deste pernicioso isolamento⁵⁴.

Com a proximidade do início da Segunda Guerra, o nacionalismo foi incentivado pelo Governo Brasileiro. O que trouxe junto a esse incentivo “um sentimento de antigermanismo na população nativa. Tudo que lembrava fatos ou pessoas não brasileiras passou a ser hostilizado”⁵⁵.

O livro *Quando Soarem os sinos* do Pr. Valdemar Gaede, traz relatos, através de seus textos, de pessoas que viveram o período do Estado Novo e da explosão da guerra. O Pr. Sigmund Wanke buscava saídas para conciliar a cultura alemã com as regras do Governo que não eram muito eficazes;

Deixemos que o próprio (Sigmund) Wanke relate sobre a época de sua atividade pastoral no Estado do Espírito Santo:

“Na época da minha chegada ao Brasil, o serviço pastoral em todas as comunidades luteranas era feito em língua alemã. Isto mudou abruptamente no ano de 1938, quando eu ainda era pastor em São Bento (Pancas). Neste ano, o governo brasileiro exigiu que todas as prédicas, nos cultos, fossem feitas em língua portuguesa. Naquele tempo o meu português era mais do que deficiente. A saída encontrada nesta situação foi a seguinte: eu escrevia prédicas bem breves em

⁵³ Entrevista - Norberto Raasch (28/09/2015).

⁵⁴ SEIBEL, 2010, p. 260.

⁵⁵ SEIBEL, 2010, p. 253.

alemão e pedia a um farmacêutico, descendente de alemães, para traduzi-las para o português. A esposa deste farmacêutico, uma professora, ensinava-me a pronúncia correta das palavras. Nos cultos, estas prédicas assim preparadas, eram simplesmente lidas. Logo no início da Segunda Guerra Mundial, quando eu já era pastor em Palmeira, o uso da língua alemã foi totalmente proibido”⁵⁶.

Além disso, é real que “os pastores luteranos europeus foram aterrorizados e mais tarde terminaram detidos”⁵⁷. O Pr. Wanke foi um dos que acabou por sofrer também com a prisão:

“Quando o Brasil declarou guerra à Alemanha, em 1942, fui levado para um campo de concentração em Vitória, juntamente com todos os homens de nacionalidade alemã e italiana. Mas, depois de pouco tempo, um grupo após o outro foi mandado para casa. Alguns passaram um período maior no campo, outros permaneceram menos tempo. Eu tive que ficar por lá um período de seis semanas. A libertação foi concedida, mas não podíamos exercer atividades pastorais. Aproveitei estas férias forçadas para estudar, com muito zelo, a língua portuguesa”⁵⁸.

O sofrimento desses teuto-brasileiros se alastrava por todo o país. Marlow estampa em seu texto, indicando Rehfeldt⁵⁹, que diversos pastores foram presos na região “em virtude de questões relativas à campanha de nacionalização ou mesmo por serem considerados perigosos agentes nazistas em solo brasileiro”⁶⁰.

Sete pastores foram proibidos de pregar em qualquer língua. Dezenove pastores foram presos e passaram por períodos diferentes na prisão. Quatorze pastores tiveram suas bibliotecas

⁵⁶ GAEDE, Valdemar. *Quando soarem os sinos*. Itaguaçu: PPL – Pastoral Popular Luterana. (sem data), p. 80.

⁵⁷ SEIBEL, 2010, p. 264.

⁵⁸ GAEDE (sem data), p. 80 – 81.

⁵⁹ REHFELDT, Mário. *Um grão de mostarda: A história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Vol. 1, Porto Alegre: Concórdia, 2003, p. 145.

⁶⁰ MARLOW, 2013, p. 135.

tomadas e queimadas porque alguns de seus livros eram em alemão⁶¹.

Eles eram presos e mantidos sob custódia da polícia indiscriminadamente e pelo tempo que a polícia assim o quisesse. Marlow cita Cancelli⁶² e descreve esta situação: a autora Cancelli enfatiza que uma prática bastante comum no período em questão era a forma autoritária e indiscriminada como atuava a polícia nos Estados. Segundo a autora, “a lei permitia que a polícia prendesse todo e qualquer indivíduo e o mantivesse a sua disposição”⁶³.

Sérgio Luiz Marlow descreve ainda a prisão e morte de Pedro Munsberg na citação que faz do autor José Plínio Fachel⁶⁴:

Os militares disseram que Pedro havia se enforcado na fechadura da porta da cela [...] no entanto, a comunidade tinha e tem convicções de que ele foi morto pela polícia. Com essa morte, ficam inconsistentes as versões de que os manifestantes apenas atacaram os bens materiais, preservando a integridade física dos perseguidos⁶⁵.

Além disso, o governo ‘tomava’ conta das propriedades luteranas. Em Santa Maria de Jetibá, por exemplo, “o então secretário de Governo, Dr. Lindemberg”⁶⁶, prometeu, em reunião, que a comunidade seria indenizada “pela desapropriação do prédio escolar e centro comunitário; a comunidade doaria uma pequena área nas imediações da escola para o governo”⁶⁷. A promessa de indenização não foi cumprida.

Conforme indica Ivan Seibel, nada havia mudado drasticamente, por um tempo, nas propriedades rurais, porém, quando “a animosidade dos ‘brasilioner’ contra os teutos aumentava, uma série de acontecimentos puderam ser registrados”⁶⁸.

⁶¹ MARLOW, 2013, p. 135.

⁶² CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da Era Vargas*. 2 ed. Brasília: Editora Universidade Brasília, 1994, p. 209.

⁶³ MARLOW, 2013, p. 136.

⁶⁴ FACHEL, José P. G. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Egúpel, 2002, p. 87.

⁶⁵ MARLOW, 2006, p. 137.

⁶⁶ GAEDE, 2012, p. 181.

⁶⁷ GAEDE, 2012, p. 181.

⁶⁸ SEIBEL, 2010, p. 271.

As incursões dos “captura soldota”, uma espécie de bandoleiros com atribuições oficiais de “prender nazistas”, terminaram molestando muitas famílias de agricultores. Alimentos eram requisitados, livros de culto religioso, bíblias e hinários escritos em língua alemã eram queimados em público, sob argumento de constituírem propaganda nazista. Mulheres eram molestadas e homens espancados. Tudo em nome da Lei e com um intenso fervor nacionalista⁶⁹.

No Espírito Santo, os descendentes de italianos violentos eram conhecidos como “Bate paus”⁷⁰, que atacavam as famílias alemãs luteranas em nome do governo. Durante o dia ou a noite eles chegavam e assustavam às comunidades e famílias teutas. Seu Norberto recorda:

Aqui, existia o que a chamávamos de “bate-paus”. Eles eram, na maioria católicos, mas tinha gente de outras religiões também. Os “bate-paus” entravam com cavalos em baixo das casas (que eram afastadas do chão) e batiam com madeiras no assoalho da casa para assustar as pessoas os moradores⁷¹.

Os “bate-paus”, segundo moradores da região, diziam ser enviados do Governo para colocar “ordem” na localidade. Faziam vistorias nas casas em qualquer hora do dia e caso encontrassem objetos alemães e bíblias escritas no idioma, queimavam. Além disso, roubavam as armas, roupas de cama como colchas artesanais, produção agrícola das famílias e até dinheiro.

Seibel certifica também que os “bate paus” eram grupos organizados que se dispunham a caçar os alemães ‘nazistas’⁷². Em um depoimento registrado em seu livro o entrevistado declara que: “Os milicianos chegavam às residências montados a cavalo, fazendo

⁶⁹ SEIBEL, 2010, p. 271 – 272.

⁷⁰ BATE PAUS:

1. GO. *Indivíduo armado, compelido a servir na polícia rural por deficiência da força pública.*

2. AM *Informante da polícia; ALCAGUETE*

3. AM *Indivíduo que guia forças policiais na selva durante operações de combate a guerrilhas.*

Read more: <http://www.aulete.com.br/bate-paus#ixzz3bisKIjk7>

⁷¹ Entrevista - Norberto Raasch (28/09/2015).

⁷² SEIBEL, 2010, p. 272.

barulho com pedaços de pau. Muitas vezes invadiam as propriedades, roubando animais, armas artesanais e alimentos típicos”⁷³.

Sr. Norberto afirma que a tendência deles era roubar: “Eles vinham com papo de que eram enviados pelo governo para desarmar os alemães, mas eles roubavam. Se eles achassem o dinheiro, roubavam. Isso começou por conta da Segunda Guerra”⁷⁴.

Dona Luíza lembra que: “Eles invadiam nossas casas, principalmente dos alemães e judiavam de muitos. Até coisas erradas eles faziam com as mulheres. Nós vimos muito isso por aqui”⁷⁵.

E seu esposo ainda recorda com emoção da história de certa vizinha de suas famílias na infância:

Teve um senhor, que foi nosso vizinho, em uma dessas vistorias os “bate-paus” estupraram a esposa dele, o encheram de mel e depois jogaram penas de ganso em cima dele e deixaram secar. Depois disso tudo, de roubar e machuca-los, eles ainda o torturaram dizendo que iam cortar as partes íntimas dele⁷⁶.

Angélica Kamke⁷⁷ é moradora da região norte do Espírito Santo e divisa com Minas Gerais – Baixo Guandu. Neta de descendentes de alemães, que, no período estudado, vivenciaram os conflitos gerados pela Nacionalização do Governo Getulista e da Segunda Guerra Mundial. Em algumas visitas a comunidade onde morava, sua avó Maria Shuwambar kamke foi uma das que negaram ter presenciado essa época, mesmo toda a família dizendo o contrário. Com isso, é perceptível que as rupturas e cicatrizes que ficaram na vida desses teuto-brasileiros é muito forte. Infelizmente, após minha visita a Sra. Maria veio a falecer, e o avô de Angélica, Sr. Rodolfo kamke já havia falecido há anos.

As casas eram feitas altas do chão, com assoalho de madeira. Embaixo das casas se fechavam cômodos e guardavam as ferramentas, faziam queijos, torrava-se café, moía-se milho pra fubá etc. Os “bate paus” vinham com espingardas e porretes, sempre a cavalo. As mulheres e crianças se

⁷³ SEIBEL, 2010, p. 272.

⁷⁴ Entrevista - Norberto Raasch (28/09/2015).

⁷⁵ Entrevista - Norberto Raasch (28/09/2015).

⁷⁶ Entrevista - Luiza Lenke Raasch (28/09/2015).

⁷⁷ Entrevista realizada no dia 30/05/2015 com a professora de geografia e descendente de alemães, Angélica Kamke.

escondiam dentro de casa e eles entravam debaixo da casa montados e batiam com os porretes no assoalho, colocando terror. Roubavam mantimentos, ferramentas, animais. Roubavam também colchas, lençóis, panos de prato, toalha de mesa, por que eram bordadas. A produção das colchas era uma tradição passada de mãe pra filha, então em toda casa com filhas meninas tinham as colchas, e eles roubavam. As máquinas de costura não eram esquecidas, pois toda casa tinha. Eles usavam para fazer as peças de roupas e colchas. Também eram levadas⁷⁸.

Isso nos ocorre a Elias e Scotson, que afirmam que, quando o rótulo de valor humano é afixado no grupo inferior, isso se torna uma arma para demonstrar a superioridade do grupo estabelecido. “Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo”⁷⁹.

Essa relação conturbada entre italianos e alemães não se iniciou no Brasil. Logo, crê-se que a nacionalização veio a fortalecer esses laços de indiferença que já eram estabelecidos há décadas. Para Fraga, esses conflitos “têm registros de longa data na região Trentina”⁸⁰. Uma região que fazia ligação entre as terras germânicas e a península itálica, que, desde o Império Romano, “nela, as populações alemãs e italianas convivem através dos séculos, porém, nem sempre de maneira pacífica”⁸¹.

Outra maneira de se entender essa situação é analisar a história religiosa da colônia brasileira. Klug indica que “sendo o catolicismo a religião do Estado, constrangimentos e impasses diversos surgiram no cotidiano dos imigrantes protestantes”⁸², ou seja, mesmo o Governo se tornando um Estado laico, após todos os anos, era de se esperar que, com a nacionalização obrigatória e com a Segunda Guerra, conflitos e constrangimentos iriam ressurgir.

⁷⁸ Entrevista - Angélica Kamke (30/05/2015).

⁷⁹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 24.

⁸⁰ FRAGA, Andrey José Taffner. *Rixas entre os imigrantes italianos e alemães na Colônia de Blumenau*. Disponível em: <www.circolotrentino.com.br/site/.../artigo_rixas_italianos_alemaes.doc>. Acesso em: 30 de novembro de 2012, p. 01.

⁸¹ FRAGA, p. 01.

⁸² KLUG, João. *Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina tensões entre luteranos e católicos*. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, v 16, n. 24, 1998. p. 113.

Até mesmo a colônia germânica (formada em sua grande maioria de pomeranos) não passou despercebida aos ‘bate-paus’. Os teutos eram confundidos com nazistas e, com isso, severamente discriminados. Barreto registra, em um de seus textos, depoimentos que trazem à tona o pavor que os imigrantes sofriam. “Na Vila Pavão, suas propriedades foram invadidas, livros e documentos foram destruídos e as mulheres sofreram abusos. Os agressores eram conhecidos como “bate-paus”, uma espécie de milícia formada por civis e militares”⁸³.

Em um dos depoimentos mencionados por Seibel, o entrevistado recorda de assaltos que sofreram em nome do Governo:

Naquela época, usavam-se talheres dourados ou de prata. Isto eles queriam. Lembro de uma noite, quando já tínhamos voltado do Rio de Janeiro, chegaram a nos assaltar. A partir daqui meu pai combinou com o pessoal da comunidade de que se acontecesse alguma coisa grave com ele, ir-se-ia tocar os sinos da igreja, para que pudessem vir em nosso socorro. Felizmente nada mais aconteceu⁸⁴.

Ivan Seibel afirma que “em nome da Lei também foram destruídos muitos túmulos cujas inscrições não tivessem sido feitas em língua portuguesa, sob o argumento de que fosse uma referência ao nome do ditador Hitler”⁸⁵.

[...] os próprios familiares retiravam as tabuletas de inscrição para evitar destruição da sepultura. Muitos esconderam. Outros enterraram no chão mesmo por lá. Mas depois botaram tudo de volta. Muitos tiravam mesmo as inscrições, para não chegarem e arrebentar tudo. Não ficava nenhuma identificação⁸⁶.

Houve época em que deu problemas por causa da escrita em alemão nas tabuletas das sepulturas. Teve lugares em que tiveram que

⁸³ BARRETO, Gustavo. *Os pomeranos: um povo sem Estado finca suas raízes no Brasil*. In: *Dois séculos de imigração no Brasil pela imprensa*. 2014. Disponível em: < <http://midiacidade.org/os-pomeranos-um-povo-sem-estado-finca-suas-raizes-no-brasil/> > Acesso em 06 de junho de 2015, p. 02.

⁸⁴ SEIBEL, 2010, p. 273.

⁸⁵ SEIBEL, 2010, p. 268.

⁸⁶ SEIBEL, 2010, p. 271.

*trocar todas as tabuletas para outras escritas em português*⁸⁷.

*Aquí em Santa Maria também aconteceu. O irmão mais novo do meu pai também faleceu e sua inscrição também chegou a ser arrancada. Meu pai depois mandou refazer a inscrição da sua sepultura*⁸⁸.

Nem as lápides dos cemitérios foram poupadas pela Campanha do Estado Novo ou pela repelência que o Nazismo ajudou a trazer contra esses imigrantes. O Sr. Henrique é um dos poucos descendentes que ainda guardam o costume de talhar nas lápides os nomes e mensagens em alemão, mas, relata que: “No passado, muitos tiraram as lápides ou até mesmo tiveram as de seus familiares quebradas. Depois, passaram a escrever em português mesmo”⁸⁹.

Na relação conflituosa entre Estado e Igreja, Mendonça reitera que, através do uso de “métodos coercitivos e violentos”⁹⁰, o Estado não abria mão da Nacionalização. Já a igreja – Luterana - permanecia firmada no seu “internacionalismo religioso, não se opunha, ao contrário, até estimulava, a preservação da cultura estrangeira se por esse caminho as portas se abrissem à missão de multiplicar seus fiéis”⁹¹.

O que não se pode perder de vista é que “durante a primeira metade do século vinte a igreja luterana, para muitos, era considerada uma igreja alemã”⁹², ou seja, com o uso da expressão “Deutsche Kirche im Ausland” [Igreja alemã no Exterior], como a Igreja Luterana era lembrada, entende-se, em partes, a repulsa que alguns grupos criaram em relação aos teuto-brasileiros luteranos. Ivan Seibel descreve essa relação:

Isto facilmente explica o rancor e a agressividade demonstrada pelos grupos que se engajaram na defesa do nacionalismo brasileiro como os próprios “bate-paus” ou “captura” que atuaram no interior do Estado de Espírito Santo na época da Segunda Grande Guerra. O resultado foi observado nas mais diferentes formas de destruição de patrimônio,

⁸⁷ SEIBEL, 2010, p. 271.

⁸⁸ SEIBEL, 2010, p. 271.

⁸⁹ Entrevista - Henrique Berger (05/11/2014).

⁹⁰ MENDONÇA, 2010, p. 191.

⁹¹ MENDONÇA, 2010, p. 191.

⁹² SEIBEL, 2010, p. 275.

maus tratos a pessoas inocentes e prisão de pastores⁹³.

É preciso lembrar que os imigrantes protestantes, no caso deste estudo os alemães luteranos, somavam diversos constrangimentos. Conforme Beozzo, além dos seus cultos serem “apenas tolerados. Os protestantes sentiam-se assim, triplamente marginalizados: por serem estrangeiros, não proprietários e ademais não-católicos”⁹⁴.

A aculturação dos colonos teutos não se deu durante a Era Vargas e nem mesmo após a Segunda Guerra. Era preciso que os imigrantes e seus descendentes passassem a fazer parte da nação brasileira, não somente no uso obrigatório do português. Isso só aconteceu “quando efetivamente foram abertas mais estradas, possibilitando a lenta substituição da quase monocultura do café pela hortifruticultura, especialmente na região de Santa Maria e arredores”⁹⁵.

Não foi a Campanha de Nacionalização em si que trouxe uma assimilação da cultura e língua local. Os imigrantes passaram por todo o período do Estado Novo sofrendo as duras classificações que recebiam, além das censuras religiosas, culturais e civis numa tentativa do governo em busca da aculturação dessas porções da população, porém, essa assimilação da língua e cultura portuguesa, dos costumes brasileiros, só foi acontecer após o “surgimento do rádio e da televisão e da abertura de estradas e a viabilização da telefonia no meio rural”⁹⁶.

Taxados de “alemães safados”⁹⁷, hostilizados, humilhados, roubados, feridos e açoitados. Assim foi o longo e doloroso período da Era Vargas e Segunda Guerra Mundial para os imigrantes e seus descendentes, seja no Espírito Santo ou em outras terras do Brasil. Mesmo após o fim da guerra, a população luso-brasileira ainda demorou alguns anos para iniciar o processo de urbanização das colônias. A partir de 1950, eles poderiam começar a, efetivamente, fazer parte do Brasil. “Ao final, o que ficou é que o “alemão, o pomerânio, o hunsrück, o holandês, todos tinham sido considerados

⁹³ SEIBEL, 2010, p. 275.

⁹⁴ BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a Imigração*. In: DREHER, Martin N. (org.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Santuário, 1993. p. 30.

⁹⁵ SEIBEL, 2010, p. 280.

⁹⁶ SEIBEL, 2010, p. 280.

⁹⁷ Entrevista - Guerda Elizabeth Rölke Potratz (05/11/2014).

“nazistas”. Foram perseguidos, aterrorizados, ridicularizados; enfim, começavam a sentir vergonha de serem o que eram”⁹⁸.

Conclusão

Através deste estudo, constata-se o sofrimento, a dor, as marcas e rupturas que os imigrantes, sejam eles alemães ou japoneses, passaram durante o período da Campanha de Nacionalização na Era Vargas e durante a Segunda Guerra Mundial. Eles estavam em busca de melhores condições de vida, de novas perspectivas, mas, alguns deles passaram por demasiadas dores que as feridas ultrapassaram as barreiras das novas gerações.

O motivo da estigmatização com os alemães?

Pode ser encontrada no cerne da relação do Império e Igreja católica, pois, nas constatações que se pode chegar, esse relacionamento, que foi construído desde o período imperialista, trouxe suas balizes para que os imigrantes italianos católicos se sentissem parte do novo país.

Os imigrantes italianos e seus descendentes – católicos, tinham precedentes para agirem contra os “outros”. Eles pertenciam a igreja aceita no país, compreendiam e assimilavam melhor o português, além dos direitos civis e de culto, dentre tantos outros que lhes eram permitidos. Isso pode tê-los feito sentir-se “estabelecidos”, detentores da verdade que lhes era reforçada através da Campanha de Nacionalização, onde militares ou não-militares eram agressivos com os que não faziam parte do seu grupo. Esse sentimento de pertença não estava presente com os alemães, que, por sua vez, mais isolados, com maior dificuldade em aprender a língua portuguesa, permaneceram unidos em suas pequenas propriedades rurais, mantendo a cultura e costumes que trouxeram em suas malas.

Para tanto, Elias e Scotson afirmam que esses “e outros aspectos da identidade grupal da pessoa não são menos integrantes de sua identidade pessoal do que outros aspectos que a distinguem de outros membros de seu “nós””⁹⁹. Ou seja, a identidade do grupo faz parte da identidade de cada pessoa, elas estão ligadas.

Com isso, há de se suspeitar que a relação ‘estabelecidos X outsiders’ que aqui se relatou, está ligada a identidade que os imigrantes italianos e seus descendentes tinham como brasileiros e

⁹⁸ SEIBEL, 2010, p. 279.

⁹⁹ ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 42

que, já no grupo de imigrantes alemães e seus descendentes, não. Dadalto acredita que;

sempre houveram muitos conflitos por motivos variados, mas, a minha percepção nesta relação estabelecidos e outsiders é que, de alguma forma, os italianos se sentiam mais estabelecidos do que os demais imigrantes e, como a maioria absoluta, senão a totalidade (é difícil dizer que todos) era católica e a religião era um grande elemento de coesão a dar suporte às relações sociais no interior das colônias, os conflitos se intensificaram com a campanha de Getúlio, até porque, alemães se mantiveram também com o suporte da igreja unidos em pequenos grupos e falando a língua, sendo "obrigados" a mudar sua cultura (parar de falar o alemão) de forma muito abrupta¹⁰⁰.

A Campanha de Nacionalização, conforme verificou-se, veio de encontro com o que tinha sido trabalhado com os imigrantes até então. Isolados e esquecidos, agora precisavam se inteirar, integrar e fazer parte de uma nação que não os tinham como integrantes da mesma, pois, como afirma Marlow, existia muita desconfiança com os alemães:

Mesmo que, no período do Estado Novo, o Sínodo Evangélico Luterano do Brasil estivesse, ao menos oficialmente, se nacionalizando, pairou entre as autoridades brasileiras acentuada desconfiança em relação ao Sínodo, pois o fato de até então ter basicamente ensinado a palavra de Deus em alemão servia como premissa para suspeitas e investigações¹⁰¹.

Assim, pode-se afirmar que o grupo estabelecido recebia do comportamento do governo a informação, mesmo que não diretamente, de que os descendentes de alemães eram perigosos e não faziam parte da nação e, por isso, deveriam estar sempre a receber os olhares de desconfiança.

Os imigrantes alemães receberam a estigmatização, o isolamento e as repressões por serem alemães, por não terem facilidade de aprender o português e por não estarem integrados

¹⁰⁰ Entrevista realizada dia 10/07/2015 com a Prof^a. Dr^a. Maria Cristina Dadalto.

¹⁰¹ MARLOW, 2013, p. 213.

com as demais comunidades de imigrantes, talvez com uma quantidade a mais que as outras nacionalidades. Como atesta-se, tudo isso, o sofrimento, as dores e rupturas existentes nas gerações que se seguiram, poderiam ter sido evitadas se, desde os primórdios da imigração, a integração e aceitação de cada imigrante tivesse sido instalada pelo Império.

Referência

BARRETO, Gustavo. *Os pomeranos: um povo sem Estado finca suas raízes no Brasil*. In: Dois séculos de imigração no Brasil pela imprensa. 2014. Disponível em: < <http://midiacidada.org/os-pomeranos-um-povo-sem-estado-finca-suas-raizes-no-brasil/>>

Acesso em 06 de junho de 2015.

BEOZZO, José Oscar. *As Igrejas e a Imigração*. In: DREHER, Martin N. (org.). *Imigrações e História da Igreja no Brasil*. São Paulo: Santuário, 1993.

CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência: a polícia da era Vargas*. 2 ed. Brasília: Ed. da UNB, 1994.

DADALTO, Maria Cristina. *Trajetórias migrantes: ambivalência na interação 'nós' e os 'outros'*. Vitória: Ufes, Dimensões, vol. 26, 2011.

DHEHER, Martin N. *Igreja e Germanidade*. São Leopoldo: Sinodal, 1984.

ELIAS, Norbert, SCOTSON, John. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2000.

FACHEL, José P. G. *As violências contra os alemães e seus descendentes, durante a Segunda Guerra Mundial, em Pelotas e São Lourenço do Sul*. Pelotas: Edufpel, 2002.

FRAGA, Andrey José Taffner. *Rixas entre os imigrantes italianos e alemães na Colônia de Blumenau*. Disponível em: < www.circolotrentino.com.br/site/.../artigo_rixas_italianos_alemaes.doc>. Acesso em 30 de novembro de 2012.

GAEDE, Valdemar. *Presença Luterana no Espírito Santo: Os primórdios da presença Luterana no estado do Espírito Santo e a história da Paróquia de Santa Maria de Jetibá*. São Leopoldo: Oikos, 2012.

GAEDE, Valdemar. *Quando soarem os sinos*. Itaguaçu: PPL – Pastoral Popular Luterana.

KLUG, João. *Confessionalidade e etnicidade em Santa Catarina tensões entre luteranos e católicos*. Florianópolis: Revista de Ciências Humanas, v 16, n. 24, 1998.

LIMA, Edvaldo Pereira. *O que é livro-reportagem*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MARLOW, Sérgio Luiz. *Confessionalidade a toda prova: O Sínodo Evangélico Luterano do Brasil e a questão do Germanismo e do Nacional-Socialismo Alemão durante o Governo de Getúlio Vargas no Brasil*. São Paulo: USP, 2013.

MARLOW, Sérgio Luiz. *Nacionalismo e Igreja: A Igreja Luterana – Sínodo de Missouri nos “porões” do Estado Novo*. Vitória: Ufes, 2006.

MENDONÇA, Carlos Vinícius Costa de. *Segurança nacional e intervenção no Espírito Santo na Era Vargas / Bley (1930/1940)*. Vitória: UFES, Dimensões, Vol. 25, 2010.

PAULA, Eurípedes Simões (Org). *Colonização e Migração*. Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. XXXI Coleção de Revista de História. São Paulo. 1969.

PRIEN, Hans Jürgen. *Formação da Igreja Evangélica no Brasil: das comunidades teuto-evangélicas de imigrantes até a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. Tradução de Ilson Kayser – São Leopoldo, RS: Sinodal; Petrópolis. RJ: Vozes, 2001.

REHFELDT, Mario. *Um grão de mostarda: a história da Igreja Evangélica Luterana do Brasil*. Vol. 1. Porto Alegre: Concórdia, 2003.

SEIBEL, Ivan. *Imigrante no século do isolamento / 1870-1970*. São Leopoldo: EST/PPG, 2010.

SENSAGENT, Dicionário. *Definição de Pomeranos*. Disponível em: <http://www.dicionario.sensagent.com/pomeranos/pt-pt/> Acesso em 03 de junho de 2015.

SEYFERTH, Giralda. *A Identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica*. In: Mauch, Cláudia / Vasconcellos, Naira [Ed.] Os alemães no sul do Brasil. Canoas, Ed ULBRA, 1994.

WIRTH, Lauri E. *Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração*. Estudos Teológicos. Ano 38, nº 2. 1998.